

A CAPOEIRA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

Franciely Gomes Freire de Aguiar Silva

Professora da Educação Básica graduada em Geografia UPE-2013 e graduanda em Pedagogia UPE 2019

Resumo: O presente artigo é fruto do projeto capoeira nas relações Étnico-Raciais e de gênero no espaço escolar, este estudo foi realizado no Colégio Santa Cristina, localizado no município de Nazaré da Mata no ano de 2019. Esse projeto surgiu da necessidade de se compreender as relações de gênero e étnico-raciais no espaço escolar, a partir de análises do livro didático e vivência via da roda de capoeira pelos alunos. O objetivo do projeto foi compreender as relações étnico-raciais e de gênero através da capoeira no livro didático como instrumento proporcionador do ensino para a compreensão das relações Étnico-Raciais e de Gênero no ambiente escolar, visando uma transformação nas práticas de intolerância e violência simbólica buscando uma cidadania plena na escola alvo de estudo. Partimos de uma metodologia qualitativa e vivência ativa, tendo como fundamento a aprendizagem significativa. Podemos através do presente estudo concluir que muitos estudantes desconheciam a participação da mulher na vivência da capoeira e puderam de maneira crítica perceber que a cultura afro-brasileira acaba sendo tratada como inferior, sendo assim estereotipada. A partir da vivência da capoeira, roda de capoeira, os alunos puderam observar a cultura viva.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais e de gênero, Capoeira, Vivência cultural.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil, do período colonial ao tempo presente, é marcada por um intenso processo de racialização. Processo esse que se justifica em discursos etnocêntricos respaldados em visões como o Darwinismo Social e o Racismo Social, correntes de pensamento que afirmam a existência de raças, e a superioridade da raça branca em relação a raça negra.

No contexto do Brasil, Raimundo Nina Rodrigues reforça a ideia de inferioridade dos negros, afirmando que o processo de miscigenação traria o branqueamento da população, desta forma, corrobora com o pensamento vivenciado em toda a Europa do século XIX. Essa concepção de sociedade passou a fazer parte de um debate cada vez mais intenso sobre as relações étnico-raciais e de gênero, que levou a existência de movimentos sociais e debates acalorados na tentativa de romper com esses ideais de inferioridade e discriminação.

A história da capoeira no Brasil é perpassa por grandes e profundas transformações que deixaram marcas em sua historiografia. Desde sua origem, primeiro nas senzalas como estratégia de proteção e fuga usada pelos escravos no regime escravista, símbolo genuíno da cultura afro-brasileira e de resistência do negro, até a sua criminalização, transformação em patrimônio da cultura imaterial e participação feminina, a capoeira é um cabedal de relações Étnico-raciais e de gênero hoje se faz presente também dentro das escolas.

Ao longo de sua história a capoeira teve significados que acabou atribuindo-a um teor de marginalidade e criminalidade, uma vez que era praticada pelos escravos. Ainda no Brasil colônia, até o século XIX e início do século XX, a capoeira ainda era vista como um espaço masculino, porém é a partir de 1930 que a capoeira dá os primeiros passos para ser compreendida com outra significação, a de vivência cultural. Mesmo assim, durante muito

tempo, a sua presença no meio social foi marcada por resistência mediante as elites sociais e só anos depois, em 1937 deixa o código penal brasileiro para vir a se tornar, reconhecida nacionalmente e mundialmente parte identitária da cultura brasileira e posteriormente patrimônio da humanidade. Mas é só a partir do século XX que as mulheres marcam este cenário e passam a estar em busca de uma igualdade e representatividade dentro da capoeira, é o desejo de ter voz ativa e participação das rodas de capoeira que faz a mulher ir em busca do seu espaço de direito (DUNNING 1997).

No que tange às relações de identidade racial e discurso de gênero no livro didático, a capoeira ainda é mencionada com discursos discriminatórios como , por exemplo , no livro didático História e Civilização: o Brasil imperial e republicano (Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez), onde os capoeiras são mencionados como marginais, estereotipando e reafirmando todo o preconceito que permeia as manifestações da cultura afro-brasileira como resquício de um passado histórico embebido de racismo e violência simbólica.

Assim a Lei 11.645/2008 alterou a redação da Lei nº 10.639/2003, que por sua vez alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9.394 / 1996, Artigo 26A) (SOUZA; SILVA, 2004) assegurando a inclusão no currículo escolar da história da cultura Afro-brasileira. Iório e Darido (2005), afirmam a importância da capoeira ser vivenciada na escola, das mais variadas formas, seja através da teoria ou da prática, visando esse resgate cultural.

No entanto, ainda passamos por desafios na vivência da cultura Afro na escola, uma vez que esta é parte do todo social e ainda traz consigo práticas discriminatórias que estão dentro e fora do ambiente escolar. Além disso, vemos ainda um desacordo entre a organização do conteúdo no livro didático, que aborda o negro como inferior e marginal e a lei 11.645/2008 de diretrizes e bases da educação que traz a vivência da cultura Africana na escola como primordial. Nesse sentido, conhecer a historiografia da capoeira e as relações de gênero que ocorrem em todo seu enredo, contexto social, literário, político e de democracia levaria a uma concordância entre a teoria e a prática educativa das relações da Africanidade brasileira.

Nesse trabalho abordaremos uma reflexão sobre a capoeira no livro didático como instrumento de ensino proporcionador das relações Étnicos-Raciais e de Gênero no ambiente escolar, visando uma transformação nas práticas de intolerância e violência simbólica buscando uma cidadania plena.

Partindo ainda desse contexto, o presente estudo visa aprofundar pesquisas sob os mais variados autores que fundamentam essa temática, bem como a prática pedagógica adotada na escola alvo da pesquisa, considerando o projeto-político-pedagógico e principalmente como os alunos compreendem e entendem a capoeira na forma que ela vem sendo trazida no livro didático.

Pretendo ainda apontar os tipos de vivências cotidianas que reafirmam as discriminações raciais e de gênero no espaço de uma escola municipal. Mediante a análise do livro didático e a compreensão do alunado frente ao conteúdo que aborda a capoeira, relações raciais e de gênero, partirei de uma abordagem dos conhecimentos prévios dos estudantes que construirá uma aprendizagem significativa que levará o aluno a reconhecer sua realidade social e as relações culturais que o envolve.

METODOLOGIA

A aprendizagem significativa proposta por David Ausubel.

“Novas ideias e informações podem ser aprendidas e retidas na medida em que conceitos relevantes e inclusivos estejam adequadamente claros e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e funcionem, dessa forma, como ponto de ancoragem às novas ideias e conceitos”. (ANJOS, et al, 2015, p. 317).

Assim, os estudantes do ensino fundamental, para tornarem-se pessoas críticas e capazes de respeitar as diferenças culturais e valorizá-las devem ser capazes de:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (Brasil, 1998, p. 7)

Sobremaneira, a discussão das relações étnico-raciais no processo educativo se faz necessária para a compreensão de sociedade brasileira e a capoeira com toda sua representatividade cultural, luta social e força de um povo vem a propiciar ao estudante um reconhecimento da cultura afro-brasileira.

No Brasil, deparamo-nos com frequência a discursos que remetem as relações étnico-raciais e de gênero, discursos esses que são vivenciados nas diversas esferas da sociedade e com a escola não poderia ser diferente, uma vez que esta é a única instituição responsável pelo estudo dessas relações.

Algarve (2004) e Andrade (2006), pontuam que este espaço é privilegiado por ser o ambiente onde esses debates são mais vividos e que é nele que os educadores propiciarão uma reflexão crítica para crianças, jovens e adultos. É o debate sobre as relações étnico-raciais e de gênero no ambiente e escolar e em toda a sociedade que contribuirão para a formação de um cidadão que compreende sua origem e a sociedade a que pertence.

O mito da democracia racial de Gilberto Freyre é uma concepção que traz a discriminação e o preconceito de maneira velada. A negação da necessidade desses discursos no Brasil é corriqueira, conforme os PCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 16) afirma:

Mais um equívoco a superar é a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola. Outro equívoco a esclarecer é de que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento só atingem os negros.

Enquanto processos estruturantes e constituintes da formação histórica e social brasileira, estes estão arraigados no imaginário social e atingem negros, brancos e outros grupos étnico-raciais.

Desta forma, a capoeira como símbolo de resistência de um povo precisa ser retomada e compreendida em sua magnitude e é através do livro didático e da literatura que a capoeira passa a ser visto como agente social que desde a senzala luta para ser reconhecido culturalmente e hoje luta para ter respeito e voz.

Na escola são reproduzidos diferentes pensamentos sociais que podem ser reafirmados ou não mediante a maneira que a escola vem a se posicionar e fundamentar o método pedagógico, mediante esta questão a gestão da educação garante um caráter de diálogo e respeito as diferenças a partir de uma gestão democrática. Nesse sentido:

a gestão democrática no sistema educacional público abre possibilidades para que se construa uma escola pública de qualidade, que atenda aos interesses da maioria da população brasileira, além de representar uma possibilidade de vivência e aprendizado da democracia, podendo, portanto, tomar um sentido diferenciado. (AZEVEDO, 2006, p. 510)

Assim a escola, baseada em fundamentos da gestão democrática, tem acima de tudo finalidades político-pedagógicas que promovam uma educação com equidade para todos. Desta forma o presente projeto se deu a partir da necessidade de se analisar a maneira em que a capoeira vem sendo abordada no livro didático, sobretudo o papel da mulher diante deste contexto que por vezes aparece de maneira suprimida.

As etapas do projeto foram, análise do livro didático, pesquisa e levantamento de dados, momento de vivência com os alunos na roda de capoeira, para que os mesmos observem o significado da capoeira como manifestação da cultura afro-brasileira.

De caráter qualitativo, o projeto apresentado partirá de um processo investigativo a ser conduzido mediante a relação entre a aprendizagem significativa para a compreensão das relações étnico-raciais e de gênero. Para isso, destacará a leitura e análise dos livros didáticos em conteúdo que trazem a historiografia afro-brasileira e a análise dos livros de literatura infantil que são usados como complemento as aulas. Terá como sujeitos os professores de história e geografia que trabalhem conteúdos relacionados à identidade cultural e formação do povo brasileiro e análise do projeto-político-pedagógico das escolas alvo da pesquisa e o ppp municipal.

A proposta da pesquisa baseia-se na pesquisa-ação e no estudo das políticas públicas e gestão escolar. A escolha da proposta ser baseada na pesquisa-ação é poder ter a liberdade de atuar tanto na área da pesquisa quanto na prática, baseando em uma pesquisa inteiramente científica. Assim, o instrumental a coleta de dados para uma análise da proposta será associado

inicialmente ao fato da prática docente ser abordada no marco da Aprendizagem significativa e qual a relação direta na visão do professor para a construção do conhecimento.

A pesquisa-ação projetou o encaminhamento do projeto a partir de observações no ambiente escolar a metodologia aplicada a compreensão e reflexão sobre as relações de gênero e étnico-raciais. As anotações coletadas nortearam o processo de entendimento da dificuldade encontrada do aluno se reconhecer como parte de uma cultura afro-brasileira e ao gestor reconhecer a importância de uma gestão democrática e de políticas públicas para a vivência das relações raciais e de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A origem da capoeira possui várias vertentes, existem autores que apontam sua origem em Angola, no continente Africano (SOUZA; 2006) e outros que afirmam que seu surgimento se dá no Brasil, através de imitações de movimentos realizados em rituais de acasalamento e movimentos corporais dos animais da fauna africana e que juntamente com a necessidade de defesa e proteção dos escravos aqui no Brasil, essa luta e dança, aqui designaremos o termo luta, surgiu (REGO , 1968; SOARES, 1994; VIEIRA, 1995).

Era nos capoeirões das matas que muitos dos escravos que fugiam da senzala se escondiam por dias, e foi também aí que esta luta começou a ser vivenciada, logo após dentro da senzala com o uso de tambores, berimbaus, ganzá, entre outros instrumentos que os capoeiristas iam dando ritmo ao movimento corporal e usando esses próprios instrumentos para disfarçar essa luta em dança, uma vez que dentro do engenho as manifestações religiosas e de rebeldia eram duramente reprimidas (SOUZA, 2006)

Diante deste contexto os capoeiras disfarçaram a luta em festejos e o toque do berimbau e do ganzá, anunciavam a chegada do capitão do mato para que a luta voltasse a ser dança, foi deste modo que a capoeira surgiu, no coração da senzala e como genuína manifestação de resistência dos povos escravizados (FIGUEIREDO, 1925).

É nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro que a capoeira durante o século XIX se expandia, porém era duramente reprimida pelos policiais da época que a consideravam crime previsto no código penal da República dos Estados Unidos do Brasil-1890, onde os capoeiras eram vistos como propiciadores da desordem e da vadiagem.

Cabe ressaltar aqui, a criminalização da prática de lutas por mulheres, onde as mesmas também não podiam praticar a capoeira de maneira livre simplesmente por serem mulheres e a sociedade atrelava a prática da capoeira a virilidade e força física masculina e não a docilidade colocada como padrão feminino.

Ainda nesse contexto , mulheres como Maria Felipa de Oliveira, negra, baiana e marisqueira, nascida na Ilha de Itaparica lutava para conseguir ser reconhecida como capoeirista, mostrando que a capoeira não possui gênero, mas sim resistência à uma sociedade que além de uma racialização hora velada, hora bem explícita, ainda reverberava a ideia de que

as classes sociais mais inferiores são lócus da bandidagem e que lugar de mulher era fora de tudo aquilo que estivesse atrelado a força física e as lutas.

A capoeira revela no século XIX e nos dias atuais o cabedal das relações urbanas pois contava com a presença de negros, mestiços, brancos, mulheres e pessoas geralmente de classes sociais mais pobres, e era praticada inicialmente nas ruas e faziam desta o lugar de vivências orais, experiências de vida, reprodução cultural, entre outros significados que esta ganhava.

É só em 1932, com o mestre Manoel dos Reis Machado, popularmente mestre Bimba, que a capoeira sai das ruas e entra na academia, esse processo se dá porque agora legalizada, está passa a ter locais específicos para ser vivenciada. E mesmo diante dessa conquista, ela ainda ficava sob vigia dos policiais que ficavam nas portas das academias.

Mestre Bimba trás para a capoeira um ritmo mais agitado e denomina esse ritmo de capoeira regional, assim a capoeira passa a ter duas nomenclaturas de acordo com os golpes e o ritmo imposto a jinga, capoeira de Angola e capoeira Regional. Ele também acrescenta rituais de passagem de acordo com o grau de aprendizagem do capoeirista, uma espécie de formatura para aquele que está mais avançado nos golpes e nas regras da capoeira. É o batizado onde as cordas são trocadas e o capoeira ganha uns status maior dentro da roda.

O reconhecimento da capoeira como manifestação cultural se dá com a lei nº .645/2008, que altera a lei nº.9394/1996 da LDB, que torna obrigatório o ensino da história da cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio.

Ainda nessa perspectiva a capoeira, contexto majoritariamente masculino, passa a também ser conquistada pelas mulheres, principalmente a partir de 1970 e 1980 onde nos Jogos Estudantis Brasileiros, em seu regulamento constava a capoeira como modalidade feminina e masculina. A partir de então de acordo com Lopes (2002) mas mulheres hoje, já são Mestras de capoeira em quase todos os estados brasileiros, tais como: Mestre Sueli Cota, Mestre Cigarra e Mestre Janja.

Nesse sentido, o processo de aprendizagem deve fazer com que aluno faça reflexões acerca da historiografia brasileira partindo de contextos propostos em sala de aula pelos professores, sobretudo para as turmas do 1º ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental. Nessa perspectiva o livro didático e a literatura de suporte devem conter ideias que não discriminassem, excluam ou afastem o conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, mas sim que propiciem uma identificação com as questões raciais e de gênero.

O que na verdade se espera do estudo das relações étnico-raciais e de gênero dentro da literatura infantil e dentro do livro didático é que a criança passe a entender e compreender as relações raciais não sob um ponto de vista etnocêntrico e de distanciamento, mas sim de pertencimento e reconhecimento da importância da capoeira como parte de uma vasta cultura afro-brasileira.

Essas transformações no pensamento social geram a necessidade de uma legislação para a educação que orientam a gestão educacional, assim:

A gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido às suas especificidades e aos fins a serem alcançados. Ou seja, a

escola, entendida como instituição social, tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício stricto-sensu. (DOURADO, 1997, p. 924).

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de uma integração na escola para que ocorra uma cultura de respeito e enaltecimento das relações étnico-raciais e de gênero, que no ambiente escolar deve ser buscado para a promoção de uma cidadania plena e de uma gestão democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do projeto vivenciado sobre a capoeira e as relações de gênero foi possível diagnosticar que muitos estudantes desconheciam a participação da mulher na vivência da capoeira e puderam de maneira crítica perceber que a cultura afro-brasileira acaba sendo tratada como inferior, sendo assim estereotipada. A partir da vivência da capoeira, roda de capoeira, os alunos puderam observar a cultura viva.

Assim o projeto se mostrou muito vindouro para a concepção de diversidade na escola e para a apreensão e compreensão da cultura afro-brasileira, em todos momentos da concepção dos conteúdos escolares, não só em vivências do dia da consciência negra.

REFERÊNCIAS

ALGARVE, V. Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a autoestima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas? São Carlos, 2004, 274p. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos. 2004.

ANDRADE, P. S. Pertencimento étnico-racial e ensino de História. São Carlos, 2006, 179p. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos. 2006.

ARAÚJO, P. C. Abordagens sócio antropológicas da luta/jogo da capoeira. Lisboa: Instituto Superior da Maia, 1997.

AZEVEDO, J. M. L. A Educação como política pública. Polêmicas do nosso tempo. 2004.

ABREU, F. J. Capoeiras: Bahia, século XIX imaginário e documentação. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

BUSS, A. M. B. Entidades de gestão democrática. SED, 2008

PRADO, C. et al. Teoria da Aprendizagem Significativa: elaboração e avaliação de aula virtual na plataforma Moodle. Rev. Bras. Enferm, Brasília. Nov. dez, 2011.

BRASIL. MEC. INEP. Educação para Todos: avaliação da década. 2000 - 2005. Brasília: MEC/INEP, 2000.

BRASIL. Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil – 1890. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p. 590. Comentado por Oscar de Macedo Soares.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: 11/04/2019

_____. República. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 11/04/2019

IÓRIO, L. S.; DARIDO, S.C. Capoeira. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, A. I. C. Educação Física na Escola - Implicações para a Prática Pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 262-287.

FIGUEIREDO, C. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Ed. Lisboa, 1925.

MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, 23 de abril de 2012.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). 2. ed. rev. e ampla. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial 1850-1890. 1. ed. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.

TRIPP, David. Pesquisa – ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

PIMENTEL, Alessandra. A teoria da aprendizagem experiencial como alicerce de estudos sobre desenvolvimento profissional. Estudos de Psicologia 2007 12(2), 159-168